

SUMÁRIO

- ✓ TEMPOS DIFÍCEIS
- ✓ PRIMEIROS CONTACTOS COM O MEC
- ✓ 2º SIMPÓSIO ANUAL DA ANICT
- ✓ DIÁRIO DA REPÚBLICA

TEMPOS DIFÍCEIS

O ministro da Educação e Ciência Nuno Crato numa entrevista a Marcelo Rebelo de Sousa a 31 de Julho anunciou que as universidades passariam para a esfera orçamental do governo o que lhes permitiria usufruir das suas receitas próprias obtidas através da cobrança de propinas, dos projectos de investigação e prestação de serviços. A notícia foi bem recebida pois permitiria às universidades algum desafogo financeiro e uma maior liberdade de movimentos na realização de investimentos e aplicação das verbas por si obtidas. Mas em época de austeridade a bonança foi de curta duração. Passados poucos dias foi conhecido o plano do governo para cortar em 8,5% o orçamento das instituições de ensino superior público. Assim as universidades públicas contarão em 2012 com menos 66 milhões de euros e os politécnicos com menos 29 milhões. Para além dos 8,5 % anunciados, as universidades e os politécnicos têm ainda de acrescentar a

medida que os obriga a reservar 2,5 por cento do Orçamento de Estado e a atualização salarial o que representa em termos reais um corte da ordem dos 13 a 14 por cento.

Em algumas instituições a verba do Estado já não é suficiente para cobrir o pagamento de salários. Esta é uma situação gravíssima que vai ter repercursões graves no funcionamento das instituições e nas condições de trabalho dos docentes e investigadores. Uma consequência óbvia é que as instituições poderão ter que recorrer a despedimentos para equilibrar as contas. Por outro lado estas medidas são um incentivo à precarização dos vínculos contratuais e que irão certamente estimular o ressurgimento e a generalização de algumas ideias que se têm tentado pôr em prática no passado recente como a instituição de trabalho docente voluntário.

Mas ao nível da investigação as consequências também se vão fazer sentir já que os projectos de investigação e a prestação de serviços representam a maior fatia de receitas próprias de muitas universidades. Essas receitas próprias reverterão não para o investimento na melhoria do ensino e da investigação mas para a gestão corrente: o pagamento de contas e salários. Não surpreenderá que, conseqüentemente, os docentes e investigadores passem a ser responsabilizados pela angariação de fundos através desses projectos e prestação de serviços, para financiar o funcionamento das universidades. A menorização da função docente por oposição à valorização da investigação, assim como a criação

de um nefasto ambiente de competição entre colegas serão algumas das consequências desta política de austeridade. Mas resta ainda saber se as famílias serão castigadas com mais um aumento das propinas no ensino superior e qual vai ser a dimensão do corte no financiamento da actividade de investigação.

Os tempos que aí vêm serão difíceis para o país e para o ensino superior e a investigação. Pela nossa parte estaremos atentos ao evoluir da situação e sempre disponíveis para defender os direitos e a dignidade de todos os docentes e investigadores e a qualidade dos serviços públicos de ensino superior e investigação científica como alavancas fundamentais para relançar a economia do país.

PRIMEIROS CONTACTOS COM O MEC

Conforme noticiámos em comunicado próprio, teve lugar no passado dia 26 a primeira reunião do SNESup com a nova equipa governamental. A delegação do SNESup foi integrada pelos membros da Direcção António Vicente (Presidente), Teresa Alpuim, José Moreira, José Rodrigues e Catarina Fernando (Vice-Presidentes) e Paulo Peixoto.

Sendo certo que as atenções estão neste momento viradas para o Orçamento de 2012, houve lugar a apresentarmos as nossas principais preocupações:

- institucionalização de um diálogo tripartido envolvendo o Ministério, as instituições (no caso do particular e cooperativo a associação das entidades proprietárias destas) e as associações sindicais;
- necessidade de publicação de algumas medidas legislativas que, quanto ao público, melhorem algumas soluções do ECDU, do ECPDESP e ECIC e, que, quanto ao ensino particular e cooperativo, concretizem as garantias e orientações do Código do Trabalho e do RJIES;

- vinculação por tempo indeterminado dos investigadores em regime de contrato a termo no âmbito do Ciência.

Com vista à reunião elaborámos e enviámos previamente um Memorando que se encontra publicado no nosso site.

<http://www.snesup.pt/htmls/extra/2011/07/MemorandoparaaReuniodoSNESupcomoMinistriodaEducacaoCincia.shtml>

Esperamos que a esta primeira reunião de apresentação se sigam outras orientadas para a discussão e concretização de propostas.

2º SIMPÓSIO ANUAL DA ANICT

Sábado dia 10 de Setembro de 2011, realizou-se no Porto (Fundação António de Almeida) o 2nd ANICT NATIONAL SYMPOSIUM ANICT (Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia)

Este simpósio foi centrado na discussão dos problemas actuais dos Investigadores em Ciência e Tecnologia em Portugal e contou com a participação e debate de investigadores, docentes, representantes das escolas de ensino superior e sindicatos. Foram ainda convidados e intervenientes membros do European Research Council e docentes de universidades estrangeiras (USA, e UK). Foi debatida a situação de precariedade do enquadramento dos investigadores jovens e a actual insustentabilidade do sistema.

Parecem não existir muitas alternativas a não ser a própria iniciativa individual, já que, pelo que foi apresentado e dito em primeira mão por um representante do ES, no sistema de ensino superior público as indicações e perspectivas vão no sentido de aumentar a precariedade dos contratos actuais para professor auxiliar.

Desta forma, com base numa análise simples e até optimista, o espaço e perspectivas de emprego no sistema de ensino superior é muito pequeno e na ordem de umas poucas centenas de lugares por ano, a contrastar com o elevado e crescente número (12000) de investigadores bolseiros que actualmente circulam nos laboratórios dos centros de investigação associados ao sistema de ensino estatal.

O que parece ser claro é a falta de estratégia para resolver este problema estruturante da sociedade portuguesa. A parte positiva é que temos cada vez mais gente consciente deste problema.

Talvez que a diminuição previsível do financiamento estatal em R&D leve à ruptura do sistema e aí sim, a seriedade deste problema seja levado a sério pela sociedade civil.

EVENTOS

Ambiente. Porquê ler os clássicos?

- **Silent Spring (Primavera Silenciosa) - Rachel Carson, 1962**

Sexta, 7 Out 2011 às 18:00, Aud. 3

- **Our Common Future (Brundtland Report) - Organização das Nações Unidas, 1987**

Segunda, 21 Out 2011 às 18:00, Aud. 2

- **The Limits to Growth - Donella and Dennis Meadows, Jorgen Randers, and William W Behrens III, 1972**

Quarta, 7 Dez 2011 às 18:00, Aud. 3

Informações: [Fundação Calouste Gulbenkian](#)

Colóquio Internacional do Projecto EPOKS

Health Activism in Europe Today

14 a 16 de Setembro de 2011

Lancaster Town Hall / Lancaster University (UK)

Informações: [CES-UC](#):

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Decreto-Lei n.º 93/2011. de 27 de Julho](#) -

Permite o exercício alargado de funções nos centros de saúde por médicos especialistas em medicina geral e familiar, reprimando o artigo 9.º e os n.os 3 e 4 do artigo 11.º do [Decreto-Lei n.º 73/90](#), de 6 de Março.

[Decreto-Lei n.º 92/2011. de 27 de Julho](#) -

Estabelece o regime jurídico do Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP).

[Decreto-Lei n.º 88/2011. de 20 de Julho](#) -

Visa reforçar os requisitos de fundos próprios para a carteira de negociações e para as retitularizações, bem como os poderes do Banco de Portugal em matéria de políticas de remuneração, transpondo a Directiva n.º [2010/76/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, que altera as Directivas n.os [2006/48/CE](#) e [2006/49/CE](#), procedendo à vigésima terceira alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 104/2007](#), de 3 de Abril, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 103/2007](#), de 3 de Abril.

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas

Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61 - snesup@snesup.pt

Porto – Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), 60 1º – 4100-357 PORTO – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas

Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas

Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt